

Solução é política, diz Macedo

**SERVIÇO LOCAL
e AGÊNCIA ESTADO**

O plano de ajuda ao México anunciado pelo Departamento de Estado americano, na terça-feira, pode ser interpretado como uma boa notícia para o Brasil, na opinião do presidente do Conselho Regional de Economia, Roberto Macedo. Significa para ele que prevaleceu a tese de que a solução para as dívidas dos países do Terceiro Mundo deve ser política, com a participação dos governos.

A ajuda americana ao México deve ser analisada, entretanto, com cautela, segundo Macedo, já que tudo pode não passar de um "presente de gringo", dado a um país vizinho e que comprovou um bom comportamento, aplicando as receitas convencionais para o ajuste da sua economia. Macedo diz que, com isso, o Brasil "pode tirar seu cavalo da chuva", pois dificilmente obterá auxílio semelhante, já que não está qualificado para tanto.

O status político do presidente mexicano Miguel de La Madri está mais elevado que o do presidente Sarney, "que insiste em fazer a sua Ferrovia Norte-Sul". Mesmo assim, o economista acha que a notícia no seu conjunto é boa porque mostra que houve significativo avanço da proposta de securitização de parte das dívidas externas. Macedo acredita que o Brasil deve encaminhar as suas negociações na mesma direção, porque, para ele, não cabe no mundo atual um acordo convencional.

O economista Paulo Nogueira Batista Júnior, chefe do Centro de Estudos Internacionais da Fundação Getúlio Vargas, disse, ontem, no Rio, que a decisão dos Estados Unidos de ajudar o México a reduzir sua dívida através da emissão de títulos representa "o reconhecimento de que as técnicas convencionais de negociação, que o Brasil pensa em adotar novamente, estão esgotadas".

Segundo o economista, todos os que estão familiarizados com a evolução do processo de negociação da dívida não se surpreenderam com o acordo entre os Estados Unidos e o México, "pois sabem o alto grau de desgaste a que chegaram os esquemas tradicionais nos próprios países credores".

Para ele, a negociação convencional da dívida pode ser definida por dois elementos: a execução de programas ligados ao Fundo Monetário Internacional e de esquemas de financiamento parcial dos juros devidos com pacotes de dinheiro novo. Paulo Nogueira ressaltou que os dados sobre o acordo do México ainda são preliminares, "mas parecem representar o reconhecimento, pelos Estados Unidos, da necessidade da redução da dívida através da sua transformação em títulos com deságio".

Ele considerou "irônico" que o Brasil, tendo sido pioneiro em propor iniciativas deste tipo, respaldado pela negativa em ir ao FMI e pela decretação da moratória, agora esteja recuando para uma negociação convencional, abandonando a conversão em títulos.

O economista destacou que este recuo deve-se à falta de suporte político interno do governo para outras alternativas e poderá causar prejuízos ao Brasil em relação a outros devedores como o México. Segundo ele, "o estrago será menor se o governo decidir não retomar o pagamento de juros a partir de janeiro, já que não assumiu nenhum compromisso neste sentido, a menos que haja um acordo compensador".